

# Como a LGPD tem sido aplicada pelos Tribunais?



Desde a entrada em vigor da LGPD, em setembro de 2020, o número de ações judiciais que discutem a aplicação da lei só aumentou.

## Os temas mais relevantes ao longo dos anos foram:

**Responsabilidade civil em casos de incidentes de segurança**

**Licitude dos tratamentos de dados pessoais**

A licitude dos tratamentos de dados pessoais é analisada pelas decisões especialmente a partir dos princípios e das bases legais da LGPD.

A maior parte das demandas ao longo dos anos foi ajuizada por

**Titulares de dados**

Nos casos de **condenação ao pagamento de indenização** por danos morais, o valor fixado variou entre

**R\$ 2.000**

**R\$ 20.000**

## Os setores da economia mais envolvidos foram:

**Prestação de serviços**

**Infraestrutura (Energia)**

**Financeiro**



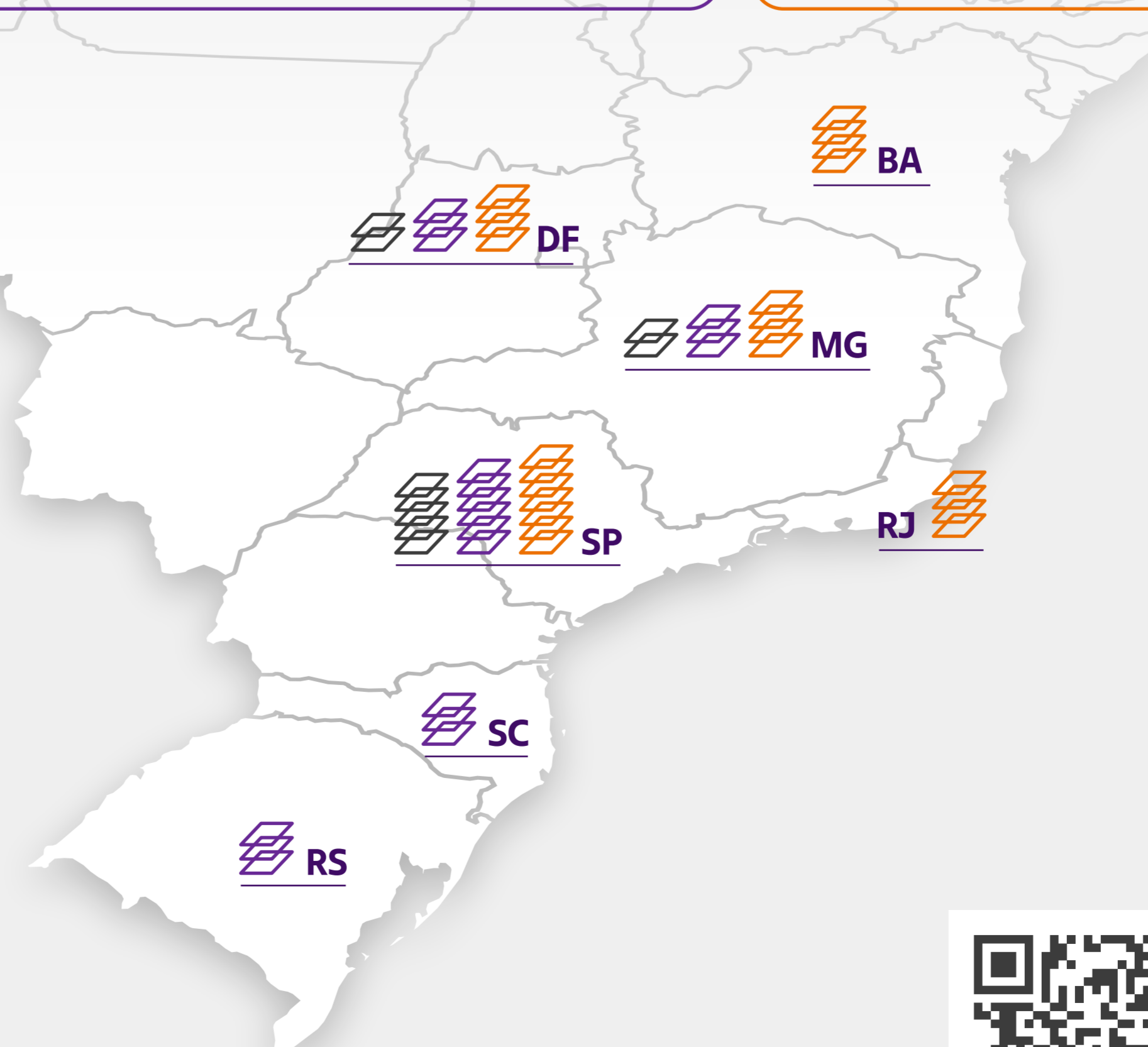
Os **dispositivos mais invocados** foram aqueles que tratam sobre as disposições preliminares da LGPD: fundamentos, conceitos, princípios e bases legais, bem como os dispositivos relacionados à responsabilidade e ressarcimento de danos.

## Panorama por ano

2020	2021	2022
<p><b>Temas de maior destaque</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Autodeterminação Informativa</li> <li>Princípios da LGPD</li> <li>Licitude do tratamento de dados pessoais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Responsabilidade civil em casos de incidentes de segurança</li> <li>Aplicação conjunta da LGPD com o CDC</li> <li>Licitude do tratamento de dados pessoais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Responsabilidade civil em casos de incidentes de segurança</li> <li>Base legal de proteção ao crédito</li> <li>Licitude do tratamento de dados pessoais</li> </ul>
<p><b>Dispositivos</b></p> <p>Os dispositivos mais invocados nas decisões foram aqueles que tratam sobre as disposições preliminares da LGPD: fundamentos, conceitos, princípios e bases legais.</p>	<p>Os dispositivos mais invocados nas decisões continuaram sendo os que tratam sobre as disposições preliminares da LGPD: fundamentos, conceitos, princípios (com destaque para o princípio da não discriminação em 2022) e bases legais (principalmente proteção ao crédito em 2022). Além disso, também foram invocados dispositivos relacionados à responsabilidade e ressarcimento de danos.</p>	
<p><b>Setores mais envolvidos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Prestação de serviços</li> <li>Tecnologia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prestação de serviços</li> <li>Infraestrutura (Energia)</li> <li>Financeiro</li> </ul>	
<p><b>Indenização por danos morais</b></p> <p>R\$ 5.000   R\$ 20.000</p>	<p>R\$ 2.000   R\$ 10.000</p>	<p>R\$ 2.000   R\$ 15.000</p>
<p><b>Decisões judiciais</b></p> <p>Em 2020, a quantidade de decisões judiciais sobre LGPD foi baixa em virtude da sua data de entrada em vigor no 2º semestre.</p> <p>O <b>TJSP</b> foi o tribunal mais atuante no ano. Na sequência, <b>TJDFT</b> e <b>TJMG</b>.</p>	<p>Em 2021, essa quantidade teve um aumento considerável.</p> <p>O <b>TJSP</b> continuou sendo o tribunal mais atuante. Na sequência, <b>TJRS</b>, <b>TJSC</b>, <b>TJMG</b> e <b>TJDFT</b>. Além disso, a LGPD começou a ser mencionada mais vezes em decisões de Tribunais Superiores, como <b>STJ</b> e <b>STF</b>.</p>	<p>Seguindo uma tendência de crescimento, é possível observar que a judicialização de questões de privacidade e proteção de dados é cada vez maior.</p> <p>O <b>TJSP</b> segue como o tribunal mais atuante. Na sequência, <b>TJBA</b>, <b>TJMG</b>, <b>TJDFT</b> e <b>TJRJ</b>.</p>

2020  
2021  
2022

\*A presente análise foi realizada exclusivamente a partir de decisões de natureza cível, com foco em Tribunais de Justiça Estaduais, STJ e STF. Dessa forma, decisões de natureza trabalhista, criminal e eleitoral estão fora do escopo da análise, assim como eventuais decisões da ANPD.



Confira, também, nosso *podcast* sobre os principais marcos da regulação da LGPD pela ANPD. [Clique aqui](#) ou acesse o QR code ao lado: